

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS GOVERNANÇAS TURÍSTICAS REGIONAIS NO BRASIL

Luiz Fernando de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil

luizfersouza@uol.com.br

Maria Angeles Rastrollo – Universidade de Málaga, Espanha

marh@uma.es

Nelson Casarotto Filho – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

casarotto@deps.ufsc.br

Resumo: Com o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil foi que no ano de 2003 começou o trabalho do Ministério do Turismo – Mtur, junto aos municípios brasileiros, na busca da participação massiva destes na elaboração de estratégias para implantação de novos destinos turísticos. Visando o desenvolvimento regional, por meio de cooperação através da formatação de redes de municípios e empresas turísticas, e necessitando de um responsável pela gestão e administração deste processo, implantaram-se as governanças regionais de turismo. Assim, o presente trabalho de pesquisa teve como principal objetivo analisar as ações desenvolvidas das Governanças Regionais de Turismo, institucionalizadas pelas novas Políticas Públicas do Mtur., verificando o processo de implantação das mesmas. Pode-se avaliar, pela pesquisa, que entre outros fatores, o Mtur está cumprindo com os objetivos pretendidos.

1. Introdução

Observado mundialmente como uma atividade econômica de relevância, o turismo hoje pode ser considerado com um dos setores econômicos que mais cresce, e que por sua vez, possibilita a geração de emprego e renda, bem como uma melhor distribuição de suas divisas. Isto se deve principalmente ao fato que a prática da atividade turística atinge uma gama muito grande de empresas e negócios, envolvendo uma elevada cadeia produtiva local e regional onde o mesmo é desenvolvido.

Ao se falar na atividade turística, é normal utilizar-se a denominação de fenômeno, pelo de fato de que a mesma influencia em muitas variáveis da formação territorial, sejam estas econômicas, sociais, culturais ou naturais. Quando uma pessoa escolhe um determinado destino para ser consumido por qualquer que seja sua

motivação, esta mesma paga pela utilização e consumo temporário de determinado território, seus bens de consumo, serviços e equipamentos, podendo ser denominado este fato como “territorialização do turismo”.

Basicamente, a prática a atividade turística é desenvolvido em base de dois princípios: a oferta e a demanda turística. A demanda ao consumir a oferta utiliza-se como meio de consumo direto o território, no qual estão inseridos os atrativos turísticos, equipamentos, infra-estrutura básica e todas as facilidades para atender ao turista.

Fazendo uma análise do fenômeno do turismo de forma holística e sistêmica, percebe-se que, geralmente o foco principal é a oferta, composta por muitos fatores e variáveis, que contribuem para que a demanda possa realizar sua eleição pelo destino final a ser consumido.

Assim, o produto turístico é composto pela união das infra-estruturas, os equipamentos, os serviços e atrativos turísticos. Precisamente, todos estes elementos se convertem por meio do marketing em produto turístico propriamente dito, visto que este é o responsável pela organização da oferta e, assim transformá-la em objeto de desejo para ser consumido por uma determinada demanda.

Podemos dizer então de forma objetiva, que a oferta turística é tudo aquilo que o turista consome em seu destino final, seja tangível ou intangível; ou seja, todos os atrativos, equipamento, infra-estrutura básica e de apoio, e os serviços que estão a disposição ao turista encontrados no próprio espaço territorial onde é consumido. Temos então que a pratica da atividade turística nada mais é que o próprio consumo do território, e o que nele esta inserido.

O desenvolvimento regional, através da prática e fomento do turismo é desafio para quem trabalha na gestão do turismo. Diversos tem sido as propostas para levar a bom termo tal prática. Nesse trabalho buscou-se avaliar a proposta do Ministério do Turismo do governo brasileiro, desenvolvendo o turismo regional através de governanças.

2. Território e turismo

Segundo Escriche (1993), a noção de território geralmente é empregada pelas ciências sociais como as inter-relações humanas intencionais e não-intencionais, podendo ser de caráter material ou imaterial, que produzem sobre um determinado espaço entre os sujeitos que o utilizam de alguma forma. Sendo, assim, o território

turístico se constitui a partir destas inter-relações humanas, construindo de maneira direta e/ou indireta o produto turístico.

O conceito de produto turístico não tem uma única definição. Na literatura científica podem-se perceber três enfoques, segundo Ivars Baidal (2003):

- a) Enfoque baseado no carácter descritivo. A oferta turística entende como um conjunto de bens e serviços diversos que são guiados pelo consumo da demanda; então, o elo de ligação é o consumo da demanda turística da oferta de alojamento, restaurante, transporte, tudo unido ao mesmo tempo pela comercialização de bens e serviços. Pode-se entender como um produto concreto, orientado para determinados segmentos de mercado, eles são os produtos turísticos específicos, como o turismo de saúde, desportivo, de sol e praia, de congresso, etc.
- b) Focalizado no processo de produção turística. É um plano ou programa de deslocamento de viagem de ida-e-volta que um turista realiza, isto pode ser elaborado pelo próprio turista (autoconsumo) ou por um profissional em forma de pacote.
- c) Enfoque que identifica a oferta turística como um produto global, é o destino. Um produto turístico é uma combinação de prestação de elementos tangíveis e intangíveis que oferecem alguns benefícios ao cliente como resposta para certas expectativas e motivações. Este assim concebe ao produto como uma realidade integrada que os turistas percebem e que não está composto de um único elemento, mas de um conjunto. De um ponto de vista territorial o produto turístico é o destino em seu todo, o território.

Os componentes do produto global são atrativos que motivam o deslocamento, os serviços públicos e privados desde um ponto de vista amplo onde se incluem desde os hotéis e restaurantes ao hospital ou o comércio, até mesmo aspectos intangíveis como a atividade da sociedade local para os turistas. Este enfoque é complicado quando se considera que a satisfação do turista dependerá de suas próprias expectativas e sua percepção dos componentes do produto.

Desta maneira, força-se que o produto, o destino, se planeje seja gerido como um todo, sendo o ato de planejar de competência da administração pública, entende-se que a mesma é quem tem a responsabilidade do território. Também deve ser um foco essencial para o marketing, pois este que promove o destino por meio do marketing territorial.

O produto turístico torna-se o bem final *consumido*, seja este tangível ou intangível. Sabendo que produto é algo oferecido no mercado, para ser adquirido por

um determinado público para satisfazer suas necessidades, podemos considerar como produto então todos os bens físicos, serviços, eventos, pessoas, locais, organizações etc.

Refletindo sobre o exposto tem-se que, quando um turista chega a cumprir seu objetivo final ao adquirir uma viagem, ele estará consumindo o território turístico diretamente, sofrendo este, e o que nele compõem, todos os impactos, sejam eles positivos ou negativos.

Deve-se levar em consideração que a formação do território é constituída por bens públicos e privados, e visando a sustentabilidade, ou seja, o uso deste bem de consumo de maneira responsável, é que tanto o setor público quanto o privado devem utilizar-se de ferramentas de planejamento e controle da produção de destinos turísticos.

Baseado nas teorias de territorialização, turismo, planejamento e planejamento turístico, que foram os instrumentos teóricos utilizados para escrever os dois primeiros itens deste texto. Após ter uma base teórica sobre estes assuntos, foi então que buscamos as informações sobre as políticas públicas do Brasil para realizar as análises dos programas governamentais como instrumentos de políticas públicas. Desta maneira conseguimos atender ao objetivo deste artigo que foi identificar a possibilidade de utilização dos programas governamentais no Brasil, como uma ferramenta de gestão estratégica da produção do produto turístico como um bem de consumo sustentável.

3. Políticas Públicas e Turismo

A partir dos anos 60, começam a ser implementadas pesquisas relacionadas ao turismo, devido a seu notável impacto e reflexo sobre a economia. E assim começou o interesse no desenvolvimento e promoção do turismo, fazendo parte da preocupação do governo, tanto em países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento, dando mais atenção à construção e desenvolvimento de políticas públicas relativas ao comércio turístico.

Nos 80 anos na Europa, Estados Unidos e América Latina, começou a discussão sobre o tema do desenvolvimento local, resultando em resposta à sua hipótese de que o Estado e as empresas multinacionais não seriam unicamente responsável para o desenvolvimento econômico, social e político do seu território, e que todos devem participar como membros ativos no processo como um todo (Moraes, 2003). No Brasil, na década de 90, iniciou um processo de descentralização com uma expectativa de

recuperação dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas.

Na Europa, nos últimos vinte anos, as políticas destinadas ao desenvolvimento regional sofrem alterações significativas, visto as diferenças regionais ou locais como um elemento a ser valorizado e potencializado. O reconhecimento dessa diversidade e as potencialidades locais e regionais poderiam ser elementos estratégicos para a competitividade dentro da política local de apoio ao desenvolvimento.

De acordo com Moraes (2003), a mudança de processos de globalização comportou duas categorias analíticas, embora sejam diferentes, são considerados complementares e convergentes: sustentabilidade e endogeneidade. Ambas devem ser levados em conta e que deve ser dada a devida importância no processo de desenvolvimento de políticas públicas.

A gestão e produção de bens de consumo para o turismo é uma responsabilidade quase exclusiva do setor público, o que leva a que as ações ocorrem localmente, e se constatarem que a utilização de serviços públicos e infra-estruturas são de grande escala incluindo: saneamento básico, infra-estrutura para o transporte (aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial), sinalização, entre outros. Em seguida, o setor público deve potencializar o desenvolvimento de políticas públicas de controle e de incentivo para o desenvolvimento do turismo local, seja local, regional ou nacional.

Tendo em conta o desenvolvimento do produto turístico no Brasil, o Governo brasileiro, por meio do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, em 1994 começou a trabalhar com Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tendo como principal objetivo o desenvolvimento do turismo, bem como a descentralização, deixando a responsabilidade do município planificar o desenvolvimento desta atividade.

Após a realização deste programa no ano de 2004 por meio do Ministério do Turismo, foi implementado uma nova política pública do turismo, onde, por meio do Plano Nacional de Turismo, foi criado o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, que tem como principal objetivo a criação de novos produtos turísticos regionais, com vistas a competitividade do Brasil enquanto um destino turístico.

A implantação do PRT fez com que os estados brasileiros se subdividissem em regiões turísticas, e para realizar a gestão das mesmas, cada região teve que criar e implantar uma instância de governança regional de turismo.

Para tanto o Ministério do Turismo em conjunto com os órgãos oficiais de turismo de cada Estado brasileiro, realizou inúmeras reuniões com o objetivo de

informar qual o papel das governanças regionais de turismo, bem como colaborar com a implementação de cada uma delas.

4. Governança e turismo

O conceito de governança tem suas raízes na análise política, que nasce com a intenção da estrutura econômica. Na Alemanha, o termo foi *Steuerungstheorie*, ou seja, teoria de liderança. No entanto, na Inglaterra termino governança foi utilizado por um longo período de tempo, com o sentido de forma ou de estilo de governar, sendo visto como sinônimo de *politische Steuerung*, significando uma liderança política. (Mayntz, 1999)

Segundo a Alcántara (1998) no mundo anglo-saxão, "governança" é uma palavra que tem sido utilizado rotineiramente ao longo dos séculos para se referir ao exercício da autoridade dentro de uma determinada área. Tem sido freqüentemente utilizado como um sinônimo para a gestão eficaz de uma vasta gama de organizações e atividades. Mesmo que o conceito se aplica a muitas situações em que não há sinais de um sistema político formal, que implica a existência de um processo político: "governança" ou "governabilidade", a um consenso, ou obter o consentimento ou a aquiescência realização de um programa em uma arena em que diferentes interesses estão em jogo.

O termo "governança" é utilizado com presença significativa em meados dos anos 80, ligada a organizações econômicas internacionais, especialmente aquelas relacionadas com a promoção do desenvolvimento econômico, incluindo o Banco Mundial. Desde então, seu uso tem sido alargado a todas as organizações internacionais e nos meios acadêmicos e intelectuais (Conejero PAZ, 2003). Alcántara (1998) argumenta que, como muitos outros conceitos-chave no desenvolvimento do atual debate, o termo "governança" está sendo usado por secções de orientações ideológicas muito diferentes, para diferentes fins, por vezes contraditórias.

Se inicialmente, a governança e governo têm a mesma origem e são utilizadas de forma indiscriminada, desde há alguns anos o conceito de "governo" no contexto sócio-político literatura começa reservado para designar o antigo poder hierárquico, a autoridade tradicional do Estado como um todo, a concepção centralista do interesse geral. "Governança", no entanto, o que sugere alguma forma "horizontal" gestão do poder, em oposição ao modelo tradicional de governo, que tem início a autoridade estatal e uma estrutura vertical da delegada órgãos de tomada de decisão (Graña, 2008).

Desta forma, existem diferentes definições sobre o tipo de governanças, e segundo Slmoski et. al. (2008), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e controladas por mecanismos específicos, os gestores e os proprietários que procuram garantir uma boa performance da empresa a aumentar a sua riqueza.

Para Conejero Paz (2003), se a evolução durante os anos 70 incidiu sobre a relação entre a burocracia e os modelos corporativos, nas duas décadas após a mudança tem sido no sentido de um mercado-orientado e apoiado por uma significativa dependência de gestores profissionais. Hoje, a mudança paradigmática se centra sobre a governança, ou seja, no sentido de uma forma mais cooperativa do governo, onde as instituições estatais e não-estatais intervenientes públicos e privados envolvidos e, muitas vezes, colaborar na formulação e implementação de políticas públicas.

Mowforth e Munt (2003, p. 252), mais amplamente definidos governança como a rede de instituições e agências, que são os atores centrais no desenvolvimento político, incluindo governos, agências bilaterais de desenvolvimento e de instituições supranacionais, como a ONU, FMI e Banco Mundial. Para o Centro Internacional de Estudos Políticos Europeus (1995) apud Beritelli et. al. (2007) pode ser entendida como um sistema de governar os direitos, processos e controles estabelecidos internamente e externamente sobre a gestão de uma entidade empresarial, com o objetivo de proteger os interesses de todos os interessados.

De acordo com estas definições, pode-se constatar que, originalmente, o conceito de governança foi utilizado para definir as relações e/ou controles internos e externos das redes de empresas, para não ser confundido com o termo rede de governança, que envolve o exercício negociação entre atores. Ainda assim, é necessário na análise da rede de governança em avaliar todos os atores e suas inter-relações, é complexo perceber a existência dessas relações entre estes atores. Segundo Dredge (2006) estas relações são difíceis de definir, pois pode ser formal ou informal, existem muitos atores que entram e saem das relações de governança, em um processo dinâmico e constante. Segundo o autor, surge outro problema na análise da rede de governança, uma vez que, como Dredge (2006), existe uma dificuldade em chegar a acordo sobre definições e métodos de análise de rede.

De acordo com Tribe (2008), governança, especificamente para o turismo, refere-se a um complexo conjunto de atores envolvidos no planeamento, regulação e

controle do turismo e do ambiente político em que opera. O ambiente político, segundo o autor, é importante para medir a necessidade de estabilidade política que pode desenvolver o turismo internacional. Tribe (2008) enfatiza a necessidade de que a governança para o turismo não pode esquecer o aspecto político nas suas relações, posto que o desenvolvimento do turismo está profundamente ligada às questões da liberdade e prazer de viajar, e, em tempos de crise, a dimensão de segurança internacional se torna relevante.

González (2008) argumenta que a governança não é reforçar as parcerias público-privadas para apoiar o desenvolvimento do setor do turismo em um determinado espaço territorial. Governança turística deve ser entendida como os processos de parcerias público-privadas e suas decisões que irão melhorar a gestão dos conflitos, e que inevitavelmente conduzirão à atividade no destino. E governança turística seria um passo a mais no governo do turismo. Segundo Beritelli et. al. (2007) Dois modelos de governança estão em contraste com o turismo: tradicional governança, nascidos entre os fundamentos da comunidade de destino, com o governo centralizado, normalmente operado por uma empresa. Embora a segunda forma de governança é a elaboração de estratégias com um olho sobre as diferenças, com a tomada de decisões mais rápidas, permitindo assim que mais Innoval turno, causando a tradicional governança no desafio de permanecer competitiva. As principais diferenças entre os dois modelos governança estão descritas na Tabela 01.

Para Beritelli et. al. (2007), o conceito de governança de turismo é aplicado para definir e elaborar normas e mecanismos para a legislação, bem como as estratégias empresariais, envolvendo ambas as instituições e indivíduos. Os territórios de destino são semelhantes às áreas ou regiões com grandes empresas como prestadoras de serviços, mas também têm órgãos políticos, tais como os municípios e os governos regionais. Para ele, não só a macro teoria da governança é relevante para os sistemas nacionais, mas também argumenta que as micro teoria é de grande importância, pois diz respeito aos seguintes elementos:

- a. Eficiência fatores, principalmente eficiência das empresas;
- b. A interpretação do darwinismo económico;
- c. A pesquisa comportamento (desempenho) é otimizada.



Tabela 01 – Comparação entre modelos de governança (Beritelli ET all., 2007)

Dimensão	Modelo Comunitário Governança Tradicional	Modelo Corporativo Governança Centralizada
Custos de transação	Geralmente alto, dependendo do número de atores e instituições	Geralmente baixo, limitado às empresas dominantes e a seus parceiros de negócio
Assimetria de poder	Diverso, dependendo da habilidade de estruturar coalições ou grupos de interesses, e da estrutura de poder	Forte concentração na(s) empresa(s), e possivelmente com forte influência nas instituições públicas
Interdependência	Diversa, dependendo do grau de interação dos serviços, assim como da gama de serviços oferecidos	Forte entre a(s) empresa(s) dominante(s) e as instituições públicas
Confiança / controle	Forte necessidade de confiança em comum, que ajude nas decisões e ações; controle social, é, no mínimo tão forte como o controle institucional.	A confiança está garantida por mecanismos de controle e contratos formais, dentro do domínio da(s) empresa(s) dominante(s), assim como entre empresas e as instituições públicas.
Conhecimento	Difuso e generalizado, relevante para o contexto histórico, e para as relações institucionais e pessoais.	Detalhado e específico, relevante para as estratégias de negócio e contratos específicos.
Relações pessoais /informais	Numerosas, formando rede de relações	Limitado; entre poucos atores

Consequentemente, a gestão dos destinos turísticos, para os autores pode ser explicada com a ajuda de micro teoria, prestando atenção aos negócios. Os autores resumem a aplicação desta teoria às micro destinos nos seguintes aspectos:

- a. A gestão de destinos no contexto de uma comunidade é a rede de relacionamentos pessoais e de negócios, considerando o modelo corporativo

e as relações hierárquicas do ponto de interesse;

- b. Para os destinos das comunidades, o processo inclui ligações informais, conhecimento e confiança, tornando a crucial dimensão cultural e dinâmica para a análise da formação e evolução da rede de relacionamentos.

Para Connelly (2007) novas perspectivas no estudo da governança vão ajudar a promover turismo algumas interessantes reflexões sobre o impacto e as incertezas inerentes ao turismo, como um meio de desenvolvimento econômico. Para o autor, estes novos estudos demonstram que a governança, e é claro, o produto turístico, não estão aptos a essas teorias. Na verdade estudos mostram que o turismo políticas geralmente são condicionados ou subordinados a outras políticas, o que pode vir a impedir ou dificultar intervenções legais em matéria de desenvolvimento, dificultam a representação dos atores locais.

Para Gollub et. al. (2004), a estratégia de trabalho do turismo como um grupo (cluster), prevê governos a nível nacional e regional flexibilidade no desenvolvimento do turismo. Esta flexibilidade permite que os governos a facilitar a criação eo desenvolvimento do turismo sustentável, ao mesmo tempo que mantém a possibilidade de intervir, tendo em conta as necessidades que devem ser entendidas por todos os interessados, a fim de criar e implementar um quadro enquadramentos jurídicos e regulamentares, bem como proporcionar um clima favorável para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para o autor, o papel de facilitar a governança do cluster é a chave para o desenvolvimento do turismo em geral e responder às mudanças na demanda. Esta função inclui a recolha de relatórios econômicos, ambientais, sociais, demográficas e análise dessas informações e sua divulgação para apoiar o acompanhamento de clusters e seus intervenientes. Isto é especialmente importante para identificar os níveis de fuga que pode ser tolerada e os que exigem medidas de controle. Estas informações poderiam ser implementadas atividades através da criação e manutenção de sistemas de informação, bem como as comissões de inquérito e estudos de avaliação que explorem as contribuições do turismo para o desenvolvimento econômico.

5. Governança e turismo no Brasil

Para trabalhar de uma forma ordenada, coordenar, cooperar, o Ministério do turismo brasileiro, - Mtur - criou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), e

através dele pretende realizar a construção coletiva do desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil. Através do programa de desenvolvimento, regiões podem se tornar alvos maduros para se colocarem à frente na competitividade nacional e internacional.

Portanto, a participação de todas as partes interessadas é essencial, tanto no processo de implementação do PRT, como na execução, nos processos de tomada de decisão e pela sua avaliação.

Algumas das principais características do programa são a descentralização e a participação de todos os atores envolvidos no processo de turismo. Através da cooperação entre os atores podem agir em conjunto: governo, terceiro setor, privadas, ONGs, etc.

O PRT foi criado em 2003 a partir do "Plano Nacional do Turismo", ferramenta, com base nos seguintes pressupostos (BRASIL, 2004, p.7):

- Cooperação e gestão descentralizada;
- Desconcentração de renda através da regionalização, interiorização e segmentação do turismo;
- Inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos agregados;
- A diversificação de mercados, produtos e destinos;
- Aprovação de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes;
- Aumento do turismo interno;
- Turismo como um fator na construção da cidadania e integração social.

O modelo de gestão discutidas na regionalização do turismo, incorpora o conceito de território e do cluster, fornece a base para a estruturação do Plano de macro turismo programa do Governo. Estes ajustamentos prestar uma advocacia política pública para assegurar a flexibilidade para as múltiplas questões que interferem com o equilíbrio sócio-económico das comunidades, municípios, estados e no próprio país.

Para a consolidação e manutenção do modelo de gestão regionalizada, definindo as estratégias que estão subjacentes ao programa (BRASIL, 2004, p. 09, 10):

- Consolidação de uma estrutura de coordenação municipal, regional, estadual e nacional;
- Implementação de ferramentas metodológicas que possam responder às necessidades nacionais e as especificidades de cada situação: inventário do turismo; morre para a definição, estruturação e validação das rotas, métodos e técnicas para a mobilização e

organização com um olho na região;

- As definições de parâmetros de acompanhamento e avaliação de modelos;
- Implementação de um sistema de informação de salvamento, recolher, organizar e divulgar dados e informações.

Compreender a TRP implica a idéia de território como um espaço e um lugar de interação entre a humanidade e o ambiente, dando origem a diferentes formas de organização e de interagir com a natureza, a cultura e os recursos disponíveis. Esta noção de território envolve formas de coordenação entre sociais, econômicos e representantes políticos.

Também integra a gestão dos sistemas de produção locais e regionais como estratégico, pois os laços de cooperação e integração dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as bases da produção familiar, formais e informais micro e pequenas empresas, que se refletem no estado de bem-estar (BRASIL, 2004, p. 11).

De acordo com o Mtur, é implementar a PRT para corroborar a cooperação de todos os segmentos envolvidos na prática da atividade turística, quer direta ou indiretamente, e podem ser organizações da sociedade, órgãos governamentais, entidades patronais e dos trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade. É agir para alcançar os seguintes objetivos:

- Fornecer qualidade produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturação destinos;
- Alargar e modificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Expandir a utilização do produto turístico no mercado nacional;
- Aumentar a taxa de retenção e despesa média dos turistas.

O termo usado pelo governo brasileiro em sua documentação para o desenvolvimento regional de turismo é Instâncias de Governança Regionais, definida como a divisão do poder e do ambiente, a fim de delinear os problemas acontecem sobre os diferentes interesses entre as partes interessadas (BRASIL, 2004).

De acordo com o Mtur deve fazer parte da governança regional do turismo os seguintes atores (Brasil, 2004):

- Os gestores do turismo municipal;
- Os representantes dos segmentos, direta ou indiretamente relacionados com o turismo,

estadual ou municipal;

- Representantes de ONGs;
- Representantes das instituições para o desenvolvimento regional submersos e da sociedade civil;
- Os representantes dos órgãos ambientais, transportes, infra-estrutura, saúde e segurança;
- Representantes da cadeia produtiva do turismo, ou representantes de grupos sociais com os econômicos, sociais e culturais heterogêneos;
- Outros líderes locais.

Da mesma forma também tem participação em todos os âmbitos, seja municipal, regional, estadual ou nacional, como se pode observar na Figura 01.

Segundo a Figura 01, as atribuições para cada uma das coordenações é a seguinte (Brasil, 2004):

1. Competências da Coordenação Nacional do Programa Regionalização do Turismo:
 - Definir a direção estratégica;
 - Planejar e coordenar as atividades a nível nacional;
 - Coordenar, negociar e estabelecer alianças com vários níveis de governo, agências privadas e ONG nacionais e internacionais;
 - Acompanhar e avaliar programa atividades a nível nacional;
 - Produzir e divulgar informações e dados;
2. Competência do Estado na Coordenação Programa Regionalização do turismo:
 - Desenvolver orientações e estratégias em consonância com o nacional;
 - Planejar e coordenar as atividades a nível regional e estadual;

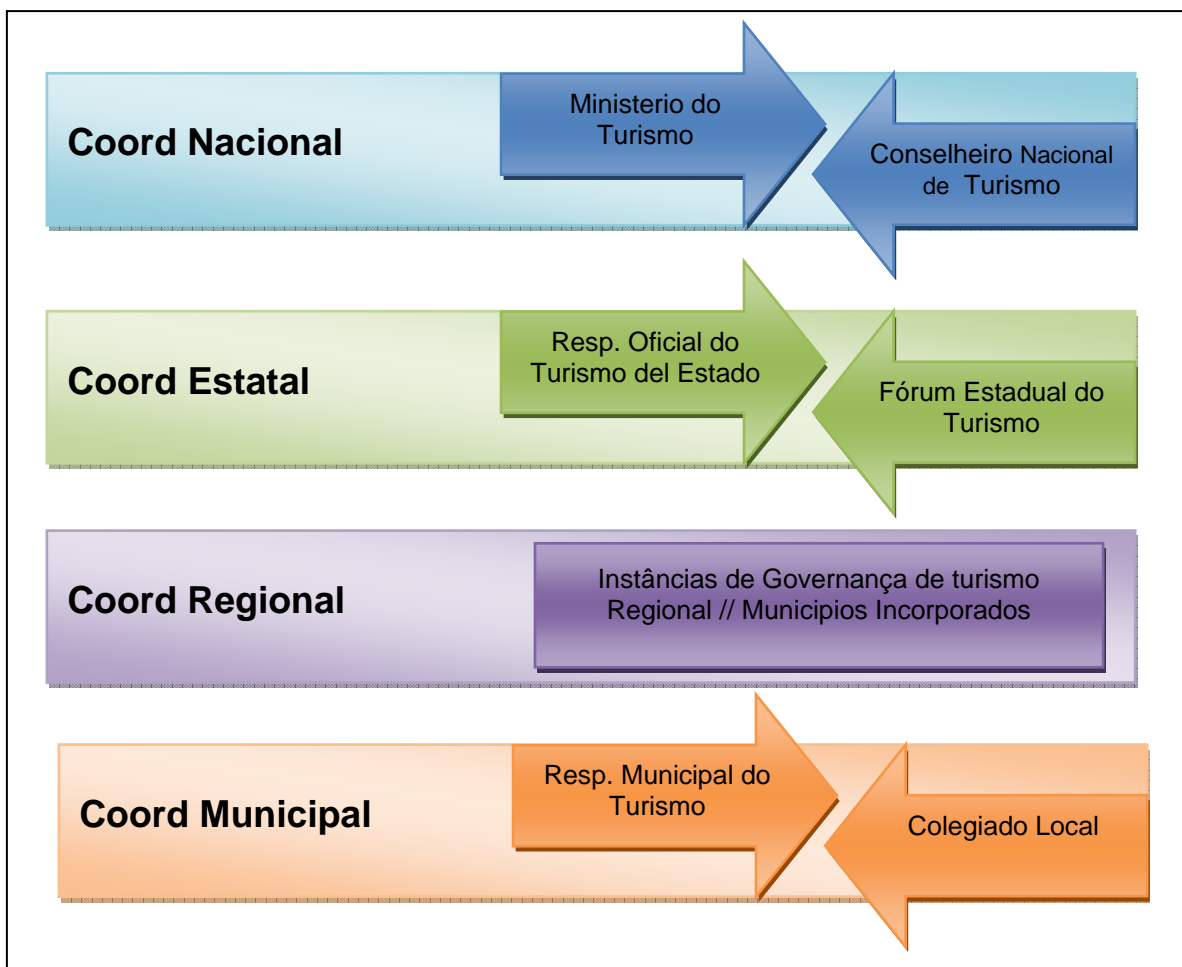


Figura 01: Estrutura de coordenação do PRT.
Fonte: Brasil, 2004, p.17 (adaptado pelo investigador)

Coordenar, negociar e estabelecer alianças a nível regional e estadual;

- Acompanhar e avaliar atividades programáticas em nível regional e estadual;
- Produzir e divulgar dados e informações.

3. Responsabilidades da instância de governança regional no Programa Regionalização do turismo:

- Planejar e coordenar as actividades a nível regional e local;
- Coordenar, negociar e estabelecer arrendamento em nível local e regional;
- Monitorar e avaliar as ações do programa, o local:
- Produzir e divulgar dados e informações.

4. Funções de Coordenação Municipal do Programa Regionalização do turismo:

- A mobilização das seguintes organizações de discussão e aconselhamento sobre as

propostas para a região;

- Integrar os vários sectores locais para ter uma proposta de regionalização;
- Participar nas salas de chat e formulações de estratégias locais de desenvolvimento da região;
- Planejar e implementar ações locais para integrar as regiões.

Desta forma, o Ministério do Turismo tem em mente para lançar um sistema de governo que envolve toda a comunidade participante no processo da atividade turística, tornando os atores também responsáveis no planeamento estratégico.

De acordo com o Mtur Brasil (2004), as principais formas de institucionalizar mecanismos de governança estão associações, conselhos, fóruns, comissões e consórcios intermunicipais.

Segundo o documento de estudo, para cada região para estabelecer o que é melhor para sua região. Assim, o Mtur, em conformidade com a metodologia do programa, fez reuniões em todas as regiões, de forma participativa para a escolha da estrutura jurídica da governança. Esta prática está a desenvolver-se a TRP no Brasil.

Por causa da investigação, o estudo destas opções do modelo de cada região elege uma das variáveis a ter em conta a implementação da TRP, suas ações, e os potenciais impactos decorrentes da aplicação.

Em andamento com a execução do TRP, o Ministério do Turismo - Mtur, fez uma subdivisão das regiões, tendo em conta o processo de regionalização do Turismo Programa - PRT tendo estes, o nome das regiões turísticas. (BRASIL, 2004). De acordo com o Mtur, o Brasil é o 219 regiões turísticas, que cobrem 3.023 cidades.

Subdivisões são um reflexo do tipo de reuniões feitas em cada estado sob a direção de um representante Mtur, onde os representantes, tanto do sector público, privado, de representantes das ONG e outros representantes da cadeia produtiva do turismo; para obter o plano com a demarcação de todas as zonas turísticas.

Após a conclusão do plano territorial nacional foi elaborada uma nova seleção dos municípios, através de uma análise feita pelo Coordenador de Turismo do Estado, onde os municípios que foram selecionados durante o programa de nacionalização de Turismo - PNMT foram alguns pré-requisitos o inventário turístico, a institucionalização da coordenação municipal de turismo, entre outros.

Estes municípios selecionados pelo coordenador estadual e, em seguida, a desenvolver produtos turísticos regionais, que foram pela primeira vez apresentado ao

público em geral, na ocasião do evento gerido e executado pelo Mtur, em Junho de 2005, chamado de "Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, quando presentes 134 regiões em todo o país, com 451 linhas a serem comercializados.

Após o evento, Mtur por uma empresa contratada pela mesma empresa especializada na comercialização de um destino turístico, fez uma pesquisa do site em 116 rotas selecionadas pelo Mtur durante o evento. Análise realizada pela empresa, através de dados coletados durante visitas às linhas, o resultado final foi que o investimento, em seguida, as prioridades devem Mtur para apenas 200 regiões turísticas, abrangendo de 3819 para os municípios, as melhores vistas na figura 02 (Brasil, 2008).

Com a maturidade do programa implementado em 2003, o ano de 2008 foi a necessidade de mudança, tanto no número de municípios, regiões e rotas, percebido no momento do evento "Salão do Turismo - Roteiros do Brasil", onde as regiões são convidados a mostrar os seus produtos ao mercado e apreciação das agências de viagens e público em geral. No entanto, no ano de 2007 não alterou o evento por representantes de alguns políticos (governadores, deputados, ministros e outros assessores), em níveis nacional e estadual, as eleições têm ocorrido devido em 2006. Estas alterações são melhor percebidos através da tabela 02.

Como visto na Figura 02, há uma diminuição das rotas e cidades abrangidas pela TRP em 2005 para o ano de 2008, demonstrando a maturidade do programa, onde a qualidade se torna mais importante que a quantidade. No entanto, e para confirmar o aumento de maturidade do programa, o número de regiões aumentou, se percebendo uma maior compreensão por parte dos municípios do objetivo global da PRTs, que é a estruturação dos destinos regionais, através da união dessas, surgindo desta forma os chamados clusters turísticos, ou redes de municípios e empresas turísticas.

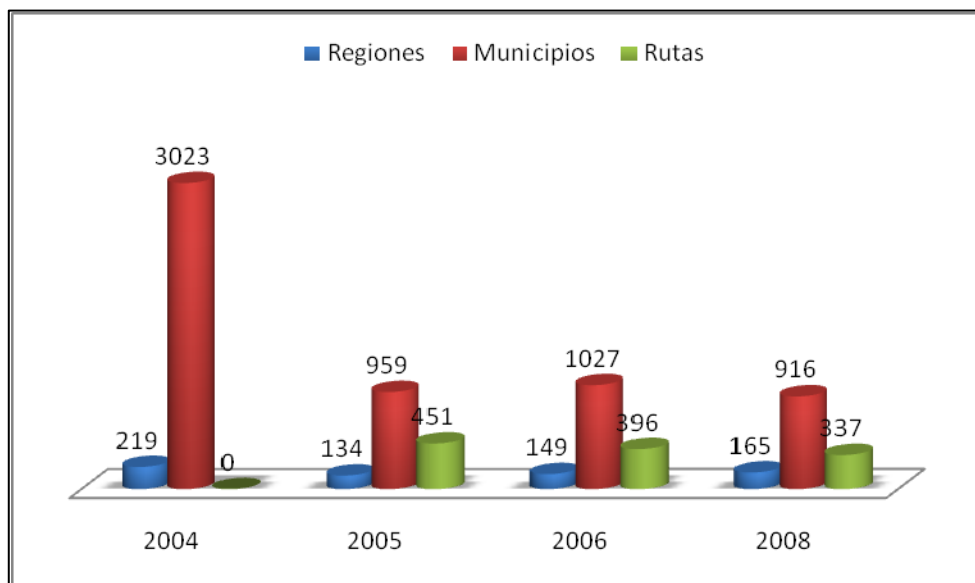


Figura 02: Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004 / 2008
Fonte: Dados disponíveis em Brasil (2008); Figura estruturada pelo investigador

Ano	Regiões	Municípios	Rotas
2004	219	3023	0
2005	134	959	451
2006	149	1027	396
2008	165	916	337

Tabela 02: Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004 / 2008
Fonte: Dados disponíveis em Brasil (2008); Tabela estruturada pelo investigador

6. Bibliografia

ALCÁNTARA, C.H. (1998). Use and abuse of the concept of governance. International Social Science Journal, vol 50, n.155.

. v.2. SENAC: São Paulo.

BERITELLI, P. BIEGER, T. LAESSER, C. (2007). Destination governance: using corporate governance theories as a foundation for effective destination management. Journal of Travel Research, vol 46, 96-107.

BRASIL (2004). Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil / Ministério do Turismo. Brasília.

BRASIL (2008). Ministério do Turismo. Inventário da Oferta Turística Instrumento de pesquisa – Formulários / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo.

BRASIL (2008). Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Ministério do Turismo. Brasília.

BRASIL (2008). Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo.

BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva (1999). Características estruturais e modus-operandi das redes de firmas em condições de diversidade tecnológica. 1999. 271p. Tese (Doutorado em Economia) – IE-UFRJ- IE. Rio de Janeiro.

CONEJERO PAZ, Enrique (2003), “Globalización gobernanza local y democracia participativa”, ponencia presentada ante el VI Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración, Barcelona, España, 18-20 septiembre.

CONNELLY, G. (2007). Testing governance – a research agenda for exploring urban tourism competitiveness policy: the case of Liverpool 1980-2000. *Tourism Geographies*, vol 9, n, 1, 84-114.

DREDGE, D. (2006). Policy networks and the local organization of tourism. *Tourism Management*, vol 27, 269-280.

GOLLUB, J.; WOO, G.; HOSIER, A. (2004). Using cluster-based economic strategy to minimize tourism leakages. *Revista Virtual de Direito do Turismo*, vol 2, n.1, 2004. http://www.ibcdtur.org.br/rvdtur_2.htm.

GRANA, F. (2008). Globalización, gobernanza y “Estado mínimo”: pocas luces y muchas sombras. Disponible en: <http://www.revistapolis.cl/12/grana.htm>; acceso en nov. 2008.

MAYNTZ, Renate. (2000) Nuevos desafíos de la teoría de Governance. *Instituciones y Desarrollo*. Instituto Internacional de Gobernabilidad/PNUD, n.7 p 35-51, Nov. 2000. Disponível em: <http://www.uned.es/113016/docencia/spd-posgrado/urjc-2003/mayntz%20governaci%F3n%20iigov%201998.pdf>

MORAES, Jorge Luiz Amaral de.(2003). Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. Rev. Cent. Ciênc. Admin., v.9, n.2, p. 196-204, dez.: Fortaleza.

MOWFORTH,M. e MUNT,I. (2003). Tourism and Sustainability. Londres: Routledge.

MTUR (2004). Mapas de regiões turísticas do Programa de Regionalização. Disponível em:

http://200.143.12.83/portalmtur/export/sites/default/regionalizacao/modulos/regioes/arquivos/Mapa_das_Regioes_Turisticas_Brasileiras.pdf Acesso em: 26.10.2007.

MTUR. (2005) Oficina de atualização do mapeamento das regiões turísticas brasileiras – Paraná. Curitiba/PR, 25 e 26 de julho de 2005. Moderador: José Gabriel Pesce Jr.

Tribe,J. (2008). Tourism: a critical business. Journal of Travel Research, vol 46; 245-255; 2008. <http://jtr.sagepub.com/cgi/content/abstract/46/>.